

**Procuradoria Geral do Estado
Centro de Estudos**

**7º Concurso Público para Procurador do Estado
Gabarito da Prova Objetiva**

1-D	11-B	21-C	31-A	41-A	51-B	61-D	71-D	81-C	91-B
2-B	12-D	22-C	32-C	42-A	52-A	62-A	72- ANULADA	82-B	92-B
3-B	13-D	23-B	33-D	43-C	53-D	63-C	73-D	83-C	93-A
4-A	14-C	24-D	34-B	44-C	54-C	64-A	74-C	84-C	94-D
5-C	15-A	25-A	35-C	45-C	55-B	65-A	75-D	85-D	95-A
6-A	16-C	26-D	36-C	46-C	56-C	66-C	76-A	86-B	96-B
7-C	17-D	27-D	37-D	47-B	57-D	67-A	77-A	87-D	97-B
8-A	18-D	28-D	38-B	48-D	58-A	68-C	78-A	88-D	98-A
9-D	19-D	29-D	39-B	49-B	59-D	69-A	79-B	89-A	99-B
10-D	20-A	30-B	40-B	50-D	60-A	70-A	80-C	90-B	100-A



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Em relação ao poder constituinte originário, derivado e o poder constituinte estadual é **INCORRETO** dizer:
 - a) a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de sítio ou de estado de defesa;
 - b) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: a forma federativa de Estado, o voto direto, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais;
 - c) não é vedada emenda tendente a abolir a República;
 - d) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

2. Sobre o controle de constitucionalidade é **INCORRETO**:
 - a) Presidente da República poderá deixar de sancionar um projeto de lei que considere inconstitucional;
 - b) podem também, propor a ação de inconstitucionalidade o Presidente da República, a mesa de Assembléia Legislativa e o Procurador-Geral do Estado;
 - c) compete ao STF processar e julgar, originariamente, o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade.
 - d) compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

3. É **CORRETO** afirmar quanto ao controle de constitucionalidade:
 - a) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
 - b) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado;
 - c) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, mediante recurso especial, as causas decididas em única e última instância, quando a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
 - d) compete privativamente ao Congresso Nacional suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

4. Em referência aos direitos e garantias fundamentais é **INCORRETO**:
 - a) é livre a manifestação do pensamento, sendo autorizado o anonimato;
 - b) são assegurados o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos interpretes e as respectivas representações sindicais e associativas;
 - c) a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- d) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
5. Quanto a organização do Estado é **INCORRETO** afirmar:
- a) compete a União legislar sobre a organização judiciária do Distrito Federal;
 - b) compete a União, através de lei ordinária, disciplinar a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos constitucionais, pela exploração, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão dos serviços de telecomunicações;
 - c) lei ordinária fixará normas para cooperação entre União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional;
 - d) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos estados ou territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
6. Em relação a natureza das competências é **INCORRETO** dizer:
- a) os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum;
 - b) O Distrito Federal, vedada a sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica;
 - c) ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios;
 - d) compete a União organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;
7. Em função da intervenção é **CORRETO** afirmar:
- a) O Estado não intervirá em seus Municípios quando não forem prestadas contas devidas;
 - b) O Estado não intervirá em seus Municípios quando deixar de ser paga a dívida fundada, **sem motivo** de força maior, por dois anos consecutivos;
 - c) Estado intervirá em seus Municípios quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da **receita** municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;
 - d) a União intervirá nos Estados e no Distrito Federal para repelir invasão estrangeira, ou de uma unidade da Federação em outra, ou de uma unidade da Federação no Distrito Federal.
8. Quanto ao Município é **INCORRETO** afirmar:
- a) compete criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação municipal;
 - b) a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, através de lei ordinária,;
 - c) é vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais;
 - d) as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
9. Em relação à administração pública é **INCORRETO** afirmar:



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- a) lei ordinária reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;
 - b) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos;
 - c) somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;
 - d) militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente não será transferido para a reserva.
- 10.** Quanto a organização do Poder Legislativo é **CORRETO** afirmar:
- a) em caso de relevância ou urgência, o Presidente da república poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional;
 - b) as leis delegadas não serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional;
 - c) será objeto de delegação a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;
 - d) a delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.
- 11.** Em relação ao Poder Executivo é **INCORRETO** afirmar:
- a) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado;
 - b) O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, com auxílio do Tribunal de Contas da União;
 - c) O Vice-Presidente da República, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei complementar, auxiliará o Presidente;
 - d) Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- 12.** Em relação as funções essenciais à justiça é **INCORRETO** afirmar:
- a) ao Ministério Público é garantido a unidade, a indivisibilidade, a independência e autonomia funcionais;
 - b) é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
 - c) aos defensores públicos é garantido a inamovibilidade e é vedado o exercício da advocacia fora das atribuições **institucionais**;
 - d) a Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de quarenta e cinco anos, de notável saber jurídico e **reputação ilibada**.
- 13.** É **CORRETO** dizer sobre o sistema tributário nacional:
- a) a aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição;
 - b) a União poderá delegar poderes para instituir contribuições sociais de interesse de categorias profissionais ou econômicas;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- c) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer limitações ao tráfego de pessoas e bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;
- d) qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias enumeradas em lei ou o correspondente tributo ou contribuição.
- 14. É INCORRETO** afirmar quanto a Ordem Econômica e Financeira:
- a) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro;
- b) O Poder Público Municipal poderá aplicar pena de desapropriação, com pagamento mediante títulos da dívida pública, em proprietário de imóvel não edificado, sub-utilizado ou não utilizado, que não promova sua adequação;
- c) não são isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária;
- d) a alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional, exceto, para fins de reforma agrária.
- 15. Assinale a alternativa CORRETA** a respeito da ordem social:
- a) são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei ordinária;
- b) é permitida a desatinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções as instituições privadas com fins lucrativos;
- c) é permitida a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência a saúde no país;
- d) e permitida a subvenção ou auxílio do Poder Público as entidades de previdência privada com fins lucrativos.
- 16. Marque a alternativa INCORRETA** sobre a ordem social:
- a) são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias a proteção dos ecossistemas naturais;
- b) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei ordinária, sem o que não poderão ser instaladas;
- c) os meios de comunicação social podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio;
- d) a previdência social manterá seguro coletivo, de caráter complementar e facultativo, custeado por contribuições adicionais.
- 17. É CORRETO** afirmar sobre as disposições constitucionais gerais e transitórias:
- a) nos dez primeiros anos da criação de Estado o governo terá no máximo seis secretarias;
- b) nos dez primeiros anos da criação de Estado as despesas orçamentárias com pessoal não poderão ultrapassar sessenta por cento da receita do Estado;
- c) os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter público;
- d) é vedada a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

18. Sobre o mandado de segurança é **INCORRETO** afirmar:
- a) aos juizes federais compete processar e julgar os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;
 - b) compete ao STF processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio STF;
 - c) compete aos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;
 - d) compete ao STF processar e julgar, em recurso especial, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
19. Quanto à administração pública é **INCORRETO** afirmar:
- a) é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
 - b) lei ordinária estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento;
 - c) lei ordinária estabeleceu os casos e condições nos quais os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional;
 - d) é de iniciativa privativa do Congresso Nacional a criação de cargos, funções, ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
20. É **INCORRETO** afirmar sobre as despesas públicas:
- a) será permitido aumento de despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público;
 - b) Comissão permanente de Senadores e Deputados diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;
 - c) é vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
 - d) a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou de sua iminência.

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- 21.** A administração pública, segundo a Constituição da República. é regida pelos seguintes princípios:
- a) legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;
 - b) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e supremacia do interesse público sobre o particular;
 - c) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
 - d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e finalidade de interesse público.
- 22.** O controle judicial do ato administrativo discricionário pode realizar-se:
- a) somente quanto ao aspecto da legalidade;
 - b) sob todos os aspectos, isto é, quanto a legalidade e ao mérito do ato administrativo ia que não se pode subtrair ao exame do Poder Judiciário qualquer lesão ou ameaça de lesão;
 - c) sob todos os aspectos, desde que seja respeitado o limite de discricionariedade assegurado à administração, não podendo o Poder Judiciário substituir por seus próprios critérios a opção legítima feita pela autoridade competente;
 - d) em nenhum aspecto já que no ato discricionário o administrador é livre para adotar a decisão que seria a melhor segundo critérios de oportunidade, conveniência e justiça.
- 23.** O contrato administrativo poderá ser rescindido:
- a) somente por acordo em face de a posição das partes ser de horizontalidade;
 - b) unilateralmente pela Administração em caso de interesse público ou conveniência;
 - c) por inadimplemento do contratado, desde que haja decisão judicial;
 - d) em caso de ilegalidade da licitação, em procedimento administrativo onde seja assegurada ampla defesa.
- 24.** Homologado o resultado da licitação:
- a) a Administração não pode deixar de realizar o contrato com o licitante vencedor;
 - b) a Administração pode deixar de realizar o contrato havendo interesse público, caso em que pode revogar a licitação sem indenização ao licitante;
 - c) a Administração pode anular a licitação desde que haja interesse público;
 - d) a Administração pode deixar de realizar o contrato havendo interesse público superveniente, caso em que pode revogar a licitação.
- 25.** A concessão de serviço público:
- a) pode ser extinta por encampação ou resgate, por motivo de interesse público, sempre mediante indenização e desde que haja autorização em lei específica;
 - b) pode ser extinta por caducidade, isto é, pelo decurso do prazo do contrato;
 - c) deve ser firmalizada mediante contrato ao término do qual há reversão de todos os bens de propriedade da concessionária ao patrimônio público;
 - d) deve ser extinta por caducidade em caso de concordata.
- 26.** Sobre a administração direta é correto afirmar que:
- a) é descentralização administrativa constituída de um conjunto de órgãos e pessoas integrado de ministérios, secretarias, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- b) é o conjunto de pessoas jurídicas de direito público integrado pelas autarquias, fundações e empresas públicas;
 - c) é o conjunto de pessoas jurídicas e órgãos públicos criados por lei para realização de serviços públicos;
 - d) é o conjunto de pessoas jurídicas de direito público e privado, integrado por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- 27.** A respeito dos bens de uso comum do povo é incorreto afirmar-se que:
- a) são aqueles que, por destinação legal ou pela natureza, podem ser utilizados por todos em igualdade de condições, sem necessidade de autorização administrativa;
 - b) pertencem a esta categoria as ruas, praças e estradas;
 - c) podem ser alienados desde que desafetados;
 - d) nunca podem ser alienados, mesmo quando desafetados.
- 28.** As terras devolutas:
- a) são terras que não se incorporaram ao domínio privado e, uma vez arrecadadas pelo Estado, foram destinadas ao uso comum do povo;
 - b) são terras arrecadadas pelo Estado e que estão destinadas à reforma agrária;
 - c) pertencem à União;
 - d) integram a categoria de bens dominicais e podem ser alienadas pela Administração.
- 29.** A respeito da desapropriação pode-se afirmar que:
- a) deve ser precedida de indenização em dinheiro, à exceção daquela destinada a reforma agrária;
 - b) somente a União pode desapropriar imóvel rural;
 - c) os bens públicos não podem ser desapropriados;
 - d) registro da desapropriação não depende da verificação de que o imóvel pertence à pessoa que figurou no processo como proprietário já que se cuida de forma originária de aquisição da propriedade.
- 30.** A desapropriação indireta
- a) é a forma prevista em lei para a ocupação do imóvel sempre que houver litígio entre a Administração e o proprietário;
 - b) é ato ilícito da Administração;
 - c) deve ser utilizada pela Administração quando não for possível identificar o proprietário do imóvel;
 - d) é forma legítima de intervenção na propriedade e se caracteriza por ser realizada por entidades da administração indireta.
- 31.** A respeito da responsabilidade civil da Administração é correto afirmar que a indenização
- a) depende de prova de culpa quando se tratar de ato de servidores das sociedades de economia mista e empresas públicas que executam unicamente atividade econômica;
 - b) depende de prova da culpa do agente quando se tratar de empresas públicas e sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público;
 - c) não depende de prova da culpa do agente e somente pode ser afastada quando o dano decorrer de força maior, devidamente comprovada;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- d) não depende de prova da culpa do agente e nem da demonstração do nexo de causalidade entre a ação e o resultado danoso.
- 32.** A criação por lei de cargo em comissão de datilógrafo:
- a) não ofende a Constituição pois o provimento dos cargos em comissão não depende de aprovação em concurso público;
 - b) não ofende a Constituição pois o legislador tem inteira liberdade para declarar quais os cargos são de livre nomeação e exoneração;
 - c) ofende a Constituição uma vez que os cargos em comissão somente podem ser destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
 - d) ofende a Constituição uma vez que a criação de cargo em comissão em moldes artificiais desatende a exigência.
- 33.** O provimento de cargo em comissão de diretor de escola pública:
- a) depende de concurso público, nos termos da lei;
 - b) não depende de concurso público mas a autoridade somente pode nomear servidor público ocupante de cargo efetivo;
 - c) pode ser realizado mediante eleição, em face do princípio da gestão democrática do ensino público;
 - d) não pode ser realizado mediante eleição, em face do princípio da separação dos Poderes;
- 34.** A estabilidade no serviço público:
- a) depende de aprovação em concurso público e dois anos de efetivo exercício;
 - b) não impede a extinção ou declaração de desnecessidade do cargo público;
 - c) impede a perda do cargo exceto no caso de falta funcional apurada em processo judicial onde seja assegurada ampla defesa;
 - d) impede a remoção *ex officio* do servidor.
- 35.** A desinvestidura em cargo público:
- a) denomina-se exoneração no caso de punição por falta grave;
 - b) denomina-se demissão no caso de ser realizada a pedido do servidor.;
 - c) denomina-se demissão no caso de punição por falta grave;
 - d) denomina-se exoneração em qualquer hipótese.
- 36.** A lei que extingue gratificação do servidor público:
- a) ofende direito adquirido em qualquer hipótese;
 - b) ofende o princípio da irredutibilidade dos vencimentos em qualquer hipótese;
 - c) é legítima desde que não haja diminuição do valor nominal dos vencimentos pois o servidor público não adquire direito a inalterabilidade do regime jurídico;
 - d) ofende direito adquirido e o princípio da irredutibilidade dos vencimentos em qualquer hipótese.
- 37.** A responsabilidade administrativa do servidor público por falta consistente em praticar crime contra a administração:
- a) não depende da condenação criminal em face da incommunicabilidade das instâncias;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- b) é afastada somente quando a absolvição for fundamentada na existência do fato ou na hipótese de não ter sido o servidor o seu autor;
- c) é afastada somente quando a absolvição for fundamentada na inexistência do fato ou na ausência de prova de autoria;
- d) é afastada no caso de absolvição criminal qualquer que seja a sua fundamentação, desde que não haja resíduo a ser punido administrativamente.

38. A lei que estabeleça limite de idade para ingresso no serviço público:

- a) ofende o princípio da isonomia em qualquer hipótese;
- b) não ofende o princípio da isonomia pois podem ser estabelecidos requisitos diferenciados de apreensão quando a natureza do cargo o exigir;
- c) não ofende o princípio da isonomia desde que seja observado o limite estabelecido na Constituição;
- d) ofende a Constituição pois em nenhuma hipótese pode ser estabelecida restrição em virtude de idade, cor, sexo ou estado civil.

39. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os vencimentos e os proventos de aposentadoria:

- a) não podem ser acumulados;
- b) podem ser percebidos conjuntamente se referirem a cargos que, na atividade, sejam acumuláveis;
- c) podem ser acumulados em qualquer hipótese em vista de a Constituição não tratar de acumulação de proventos;
- d) podem ser acumulados em respeito ao direito adquirido.

40. Os cargos públicos:

- a) são criados e providos exclusivamente por lei;
- b) são criados por lei mas podem ser extintos por ato do Chefe do Poder Executivo, na forma da lei;
- c) são criados e extintos por ato do Chefe do Poder Executivo, na forma da lei;
- d) são criados por lei de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

41. Em determinado negócio jurídico de compra e venda de imóvel, antes sujeito a contrato de locação não averbado no registro imobiliário, temos que:

- a) o adquirente não responde pelas eventuais benfeitorias realizadas pelo locatário;
- b) a posse do adquirente somente se dará após a devida indenização do locatár



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- c) a posse do adquirente somente se dará após devida indenização do locatário pelas benfeitorias necessárias por este realizadas;
- d) a posse da adquirente somente se dará após a devida indenização do locatário pelas benfeitorias voluntárias por este realizadas.
42. A diferença que se estabelece entre a “caução” e a “cessão” de títulos de crédito pode ser definida como:
- a) Na caução o dono do título continua a ser dono, remanescendo como sujeito de direito daquela relação jurídica original;
 - b) Na simples cessão dos títulos de crédito a propriedade permanecerá com o cedente;
 - c) Na caução a posse dos documentos necessariamente permanecerá com o caucionante;
 - d) A cessão dos títulos de crédito serve como um instrumento de garantia de outro negócio jurídico realizado.
43. Em relação à Posse temos que o Direito Brasileiro adotou:
- a) a Teoria Objetiva de Savigny que além da exteriorização da propriedade exige também o *animus*;
 - b) a Teoria subjetiva de Savigny que exige conjuntamente o corpus mais “*animus*”;
 - c) a Teoria objetiva de Lhring que exige tão somente a situação material de relação com a coisa, excluída as previsões legais de simples detenção;
 - d) a Teoria subjetiva de Lhring que exige necessariamente a presença do “*animus*” por parte do possuidor.
44. Entre os efeitos que acompanham os Direitos Reais podem ser apontados:
- a) direito de “seqüela”, que significa a capacidade que tem o proprietário de poder oferecer em hipoteca o bem imóvel do qual é titular;
 - b) direito de oferecer caução fidejussória em contratos sinalagmáticos;
 - c) os direitos de seqüela, preferência, indivisibilidade e excussão;
 - d) a impropriedade de ser apresentados contra todos; descaracterizando o efeito *erga omnes*.
45. Em relação aos contratos considerados em si mesmo temos que:
- a) comutativos, são aqueles em que a manifestação de vontade de uma das partes se reduz a mera anuência da proposta da outra;
 - b) o direito brasileiro não admite o contrato aleatório;
 - c) um contrato de comodato pode ser classificado como unilateral;
 - d) um contrato de doação pura e simples tem de ser classificado como um contrato oneroso pois envolve sacrifício patrimonial de ambas as partes.
46. Um pai doou a um filho um automóvel com a condição de que este passasse no exame vestibular. o qual acabou sendo aprovado em dito certame. De posse do automóvel o filho concluiu que o mesmo possuía um defeito grave no motor. do qual nem mesmo o pai sabia. Conclui-se que:
- a) o filho não poderá “redibir” ou “estimar” o contrato pois trata-se de um contrato unilateral e aleatório;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- b) o pai não estará obrigado em hipótese alguma a ressarcir o filho pois o mesmo desconhecia o defeito grave no motor;
- c) o filho poderá “redibir” ou “estimar” o contrato; posto que a doação com encargo equivale a um contrato comutativo;
- d) o pai não estará obrigado em hipótese alguma a ressarcir o filho; podendo inclusive revogar a doação por ingratidão do donatário.

47. Assinale a alternativa correta:

- a) É válida a exigência feita pelo Ministério Público para que se execute um encargo em uma doação feita por Romário a Ronaldo, com a incumbência de que este construísse um hospital em parte do terreno doado, na hipótese de falecimento do doador;
- b) O Direito Brasileiro não admite a doação como um contrato, posto que este exige necessariamente o acordo de duas ou mais vontades.- o que inexiste na espécie;
- c) Quanto ao momento da formação dos contratos entre ausentes o Direito Brasileiro adota genericamente a teoria da expedição;
- d) A orientação jurisprudencial consolidada no Brasil é a de que admite-se a Teoria da Imprevisão para rever-se contratos sujeitos a prolongação no tempo.

48. Por vezes encontramos em outras áreas do Direito institutos próprios do Direito Civil empregados subsidiariamente, como fundamento de juricidade; a exemplo encontramos no campo do Direito Tributário o chamado lançamento por homologação (auto lançamento para alguns) que, em síntese, é um lançamento que sujeita-se:

- a) Uma condição suspensiva;
- b) Uma condição potestativa;
- c) Uma condição captatória;
- d) Uma condição resolutiva.

49. A inexistência de cláusula de renúncia de “benefício de ordem” em um contrato de fiança significa:

- a) que fica estabelecido o principio da “divisão” na eventual assunção da responsabilidade entre o fiador e o afiançado;
- b) que o fiador demandado tem direito de exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor;
- c) que fica estabelecido o principio da “divisão” na eventual assunção de responsabilidade entre os diversos fiadores;
- d) que o fiador demandado tem direito de exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens dos demais fiadores.

50. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Culpa OBJETIVA é aquela que independe da falha ou da vontade humana;
- b) São considerados como excludentes da responsabilidade: culpa da vítima, concorrência para o ato pela vítima e o caso fortuito ou força maior.
- c) A responsabilidade civil adotada pelo Direito Brasileiro em relação às pessoas de Direito Público é considerada OBJETIVA;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

d) Responsabilidade aquiliana e aquela que decorre do inadimplemento de obrigação livremente assumida no contrato.

51. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Quanto a finalidade as sociedades podem ser civis e mercantis. sendo que as sociedades civis sem fins lucrativos são denominadas de associação;
- b) Nas sociedades de cotas de responsabilidade limitada o patrimônio da pessoa física está vinculado obrigacionalmente, somente não respondendo pelas dívidas caso sejam decorrentes de créditos tributários e trabalhistas;
- c) A contribuição de um dos sócios para a formação do capital de uma sociedade poderá ser através do trabalho;
- d) E considerada irrita a cláusula contratual que atribua os lucros a somente um dos sócios.

52. Donizete, brasileiro morando no Brasil vendeu a Carlos Germano, português domiciliado na Argentina um imóvel de sua propriedade situado no Uruguai. Havendo necessidade de dirimir questão jurídica face a legislação brasileira, de que país e a lei a ser aplicada:

- a) URUGUAI;
- b) BRASIL;
- c) ARGENTINA;
- d) PORTUGAL.

53. “ E pessoa jurídica constituída pela organização de um patrimônio. destacado pelo seu instituidor para servir a um determinado fim específico”:

- a) as associações;
- b) apenas as sociedades comerciais;
- c) as associações e as sociedades civis;
- d) as fundações.

54. Considera-se como começo de personalidade das pessoas físicas ou naturais:

- a) quando o indivíduo completa 18 anos e é emancipado;
- b) quando se adquire a maioridade civil, ou seja, aos 21 anos completos;
- c) com o nascimento com vida;
- d) ambas as alternativas "A" e "B" estão corretas.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

55. O princípio da inércia no Direito Processual Civil:

- a) é absoluto pois o juiz nunca pode iniciar o procedimento de ofício;
- b) é relativo, pois em alguns casos o juiz pode iniciar o procedimento de ofício;
- c) diz respeito à iniciativa da parte na produção das provas;
- d) significa que o juiz nunca pode determinar a produção de provas de ofício.

56. O princípio do contraditório:

- a) impede a concessão de liminar;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- b) impede a concessão do prazo em dobro para a Fazenda Pública recorrer;
 - c) impõe a audiência da parte a respeito de documento juntado aos autos;
 - d) impede que se profira sentença contra o réu revel.
- 57. Compete ao Supremo Tribunal Federal:**
- a) processar e julgar originariamente ação popular contra ato do Presidente da República;
 - b) processar e julgar originariamente ação direta de inconstitucionalidade de lei federal, estadual e municipal;
 - c) processar e julgar originariamente ação declaratória de constitucionalidade proposta por Governador do Estado;
 - d) processar e julgar em recurso ordinário mandado de segurança decidido em única instância por Tribunal Superior, se denegatória a decisão.
- 58. A ausência dos pressupostos processuais:**
- a) não impõe a extinção do processo no caso de incompetência absoluta;
 - b) impõe a extinção do processo em qualquer hipótese;
 - c) impõe o indeferimento do pedido;
 - d) impõe a extinção do processo no caso de ilegitimidade ad causam.
- 59. A incompetência absoluta:**
- a) deve ser alegada através de exceção sob pena de preclusão;
 - b) deve ser alegada através de exceção sob pena de prorrogação da competência;
 - c) deve ser alegada na contestação sob pena de preclusão e prorrogação da competência;
 - d) pode ser reconhecida de ofício pelo juiz e alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição.
- 60. O prazo para prestar informações em mandado de segurança:**
- a) é de dez dias;
 - b) é de quinze dias;
 - c) deve ser computado em quádruplo uma vez que as informações constituem contestação no mandado de segurança;
 - d) deve ser computado em dobro uma vez que as informações constituem contestação no mandado de segurança.
- 61. Os créditos de natureza alimentícia contra a Fazenda Pública:**
- a) não se sujeitam ao regime do precatório;
 - b) não se sujeitam ao regime do precatório mas a requisição deve ser anterior a aprovação do orçamento;
 - c) sujeitam-se ao regime do precatório e não podem ser pagos com preferência sobre os demais créditos em virtude dos princípios da moralidade, impessoalidade e igualdade;
 - d) sujeitam-se ao regime do precatório mas gozam de preferência e são desvinculados da ordem cronológica dos créditos de natureza diversa.
- 62. O duplo grau de jurisdição:**
- a) é obrigatório quando a sentença for proferida contra as autarquias e fundações públicas;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- b) não é obrigatório nas causas submetidas ao rito sumário;
- c) não é obrigatório no caso de sentença concessiva de mandado de segurança;
- d) não impede seja agravada a condenação imposta à Fazenda Pública no reexame necessário.
- 63.** Pode o réu reconvir ao autor no mesmo processo:
- a) quando não se cuidar de ação declaratória;
- b) mesmo que o juízo seja absolutamente incompetente para apreciar o pedido contido na reconvenção;
- c) não impedindo seu processamento a desistência da ação principal;
- d) mesmo quando não haja conexão com a ação principal ou com os fundamentos da defesa.
- 64.** Cabe mandado de segurança:
- a) Contra ato omissivo ainda que haja recurso administrativo com efeito suspensivo;
- b) Contra ato omissivo desde que não esteja sujeito a recurso administrativo com efeito suspensivo;
- c) Somente contra ato comissivo;
- d) Contra ato omissivo desde que não sujeito a recurso administrativo.
- 65.** Não cabe mandado de segurança:
- a) para pleito relativo a prestações pecuniárias, exceto no caso de pagamento de vencimentos e vantagens ao servidor público, que se vencerem após a impetração;
- b) para combater ato de sociedade de economia mista praticado com delegação do Poder Público;
- c) contra lei em tese mesmo que tenha ela efeitos concretos;
- d) contra ato disciplinar.
- 66.** Sobre a antecipação da tutela é correto afirmar que:
- a) pode ser concedida uma vez preenchidos os requisitos para a medida cautelar;
- b) pode ser concedida desde que haja início de prova material e se convença o juiz da verossimilhança da alegação;
- c) não abrange os atos que importem alienação do domínio;
- d) uma vez demonstrado fundado perigo de dano irreparável ou de difícil reparação impõe-se a sua concessão.
- 67.** A respeito a ação popular é incorreto afirmar-se:
- a) a sentença que julgar procedente o pedido está sujeita ao duplo grau de jurisdição;
- b) a sentença que julgar improcedente o pedido esta sujeita ao duplo grau de jurisdição;
- c) no caso de improcedência do pedido fica o autor, salvo comprovada ma-fé. isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;
- d) pode ser proposta por brasileiro naturalizado, desde que seja eleitor.
- 68.** A respeito da citação do réu:
- a) é indispensável para a validade do processo não havendo possibilidade de suprimento;
- b) é indispensável para a validade do processo podendo ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu, caso em que o ato deve ser repetido;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- c) não precisa ser repetida em caso de reconhecimento de nulidade, caso em que se considera realizada na data da intimação da decisão;
- d) mesmo que a argüição de nulidade do ato seja rejeitada. o prazo para resposta deve ser reaberto.

69. A ação civil pública

- a) pode ser proposta para obter indenização do dano patrimonial e moral causados a qualquer interesse difuso ou coletivo;
- b) não pode ser proposta para a obtenção de indenização cumulativa do dano moral e patrimonial;
- c) não pode ser proposta por pessoas jurídicas de direito público e por entidades da administração indireta;
- d) não pode ser proposta por associação civil.

70. Cabe ação rescisória:

- a) contra sentença transitada em julgado ainda que contra ela não se tenham esgotado todos os recursos;
- b) somente no caso de o trânsito em julgado ocorrer após o esgotamento de todos os recursos;
- c) é admitida contra sentença meramente homologaria;
- d) não pode ser proposta por terceiros.

71. A liminar em sede de mandado de segurança:

- a) é ato discricionário do juiz;
- b) deve ser concedida se houver perigo de ineficácia da sentença final ainda que não sejam relevantes os fundamentos do pedido;
- c) não comporta pedido de suspensão, devendo ser interposto o recurso de agravo;
- d) não pode ser concedida quando se tratar de pedido relativo a aumento ou extensão de vantagens a servidor público.

72. Na execução a Fazenda Pública é citada:

- a) para realizar o pagamento ou nomear bens à penhora no prazo de vinte e quatro horas;
- b) para realizar o pagamento ou nomear bens à penhora no prazo de trinta dias;
- c) para embargar no prazo de trinta dias;
- d) para embargar no prazo de dias.

73. A respeito do recurso extraordinário é incorreto afirmar-se:

- a) Não pode ser interposto visando interpretação de cláusula contratua;
- b) Depende de prequestionamento da matéria constitucional;
- c) Está sujeito ao juízo de admissibilidade pelo Presidente do Tribunal “*a quo*”;
- d) A decisão que lhe nega seguimento não está sujeita a agravo de instrumento.

74. O recurso de agravo:

- a) deve ser interposto diretamente no Tribunal competente em qualquer de suas modalidades;
- b) não tem efeito suspensivo;
- c) é inviável na forma retida quando interposto contra decisão que inadmitir a apelação;
- d) quando retido depende de preparo.



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

QUESTÕES DE DIREITO TRIBUTARIO

75. Em determinado contrato de sociedade por cotas de responsabilidade limitada estabeleceu-se cláusula expressa em que se instituía a figura do "benefício de ordem" a favor de um dos sócios em relação aos demais membros do quadro societário na hipótese de serem acionados por dívida tributária:
- a) Isto significa dizer que este instituto do Direito Civil (benefício de ordem) é aplicado subsidiariamente ao Direito Tributário para ser oposto com jericidade à pretensão da Fazenda Pública;
 - b) Tal cláusula tem o valor jurídico que primeiramente devem ser excutidos os bens dos demais sócios, para somente após serem excutidos os bens do sócio beneficiário em eventual saldo remanescente;
 - c) Em face de ser uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada tal cláusula de responsabilidade tributária está justamente limitada a participação de cada um com seu quinhão societário;
 - d) Ante a noção de solidariedade que fundamenta o Direito Tributário tal instituto do Direito Civil, ainda que subsidiariamente, não pode ser oposto ao sujeito ativo da obrigação tributária.
76. Assinale a **INCORRETA**:
- a) De acordo com nossa organização política também os órgãos que integram a administração descentralizada poderão instituir impostos e promover a sua conseqüente arrecadação e/ou fiscalização;
 - b) A subscrição de um convênio entre um Estado e um Município para que este arrecade um tributo de competência daquele mediante remuneração de um percentual da arrecadação reveste-se de legalidade.;
 - c) A função de arrecadar contribuições para a seguridade social exercida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS se enquadra na legalidade por haver uma delegação de tal atividade feita pelo sujeito ativo da obrigação;
 - d) O Direito Tributário Brasileiro admite não só a figura do contribuinte, como também a do responsável para a hipótese de identificar-se o sujeito passivo da obrigação tributária.
77. Podem ser apontadas como fontes formais secundárias do Direito Tributário, exceto:
- a) a Lei Complementar;
 - b) os Convênios;
 - c) as Decisões Administrativas;
 - d) os Atos Normativos.
78. Com relação à classificação dos tributos definida pela doutrina temos que:
- a) os impostos genericamente arrecadados são tidos como "não-vinculados" em função da desatinação qualquer que lhe der o administrador;
 - b) quanto, ao objetivo que desempenhe a arrecadação de um tributo este pode ser um caráter de "estrita" fiscalidade caso tenha por função regular um lado social;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- c) o atual Imposto Territorial Rural tem um caráter de parafiscalidade visto não ser propriamente um tributo, haja vista a participação que tem os municípios em sua receita;
- d) estão corretas as alternativas "b" e "c".

79. Para a Doutrina nacional a taxa:

- a) Pode ser destituída em função do poder de polícia, que é a atuação do ente público de modo concreto para atender as necessidades coletivas;
- b) Pode ser instituída como forma de restringir direitos individuais;
- c) Diferencia-se do preço público em função de que neste temos uma atuação específica, direta e exclusiva do município;
- d) para ser cobrada há de ter uma contraprestação efetivamente usada pelo contribuinte;

80. Em relação às assertivas abaixo:

- I. Em caso de calamidade pública a União ao isentar o pagamento de tributos de sua competência, não poderá conceder isenção também quanto aos tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios;
- II. A chamada "imunidade recíproca", que beneficia a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não impede que uma dessas pessoas de direito público interno lance contra as outras créditos tributários de taxas e contribuição de melhoria;
- III. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimo compulsório, atendendo ao princípio da anterioridade, para absorver temporariamente poder aquisitivo da população;
- IV. No Estado Federal brasileiro; quanto à discriminação de rendas, além da repartição de competências, segundo as materialidades tributárias e/ou finalidades, os Municípios participarão do produto arrecadado dos tributos estaduais e federais e os Estados, dos tributos federais e municipais.

- a) estão corretos os itens I, II e IV;
- b) estão corretos os itens III e IV;
- c) estão corretos os itens I e II;
- d) estão corretos todos os itens.

81. O Estado de Goiás fez aumentar a alíquota de 17% para 18% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, onde a lei vinculava expressamente os recursos deste 1% de aumento para construção de casas para famílias carentes nos moldes de projeto Mutirão. Conclui-se que:

- a) respeitado o princípio da anualidade, anterioridade em que a vigência do aumento dar-se-ia somente no exercício seguinte tal norma e perfeitamente legal;
- b) o aumento somente poderia ser feito desde que houvesse autorização expressa e previa do Senado Federal;
- c) a majoração da alíquota há de ser considerada ilegal posto que vinculava previamente a desatinação financeira de um imposto a sua arrecadação;
- d) uma vez respeitados os princípios da anualidade anterioridade e a fixação da alíquota dentro dos índices máximos fixados pelo Senado Federal tal majoração e perfeitamente legal.

82. Dos enunciados abaixo e correto apenas o item:



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- a) O Estado de Goiás, necessitando obter recursos, instituiu, mediante lei tributo novo, denominado imposto sobre pequenas fortunas, incidente sobre fortunas ate o valor determinado peia lei. Tal cobrança e pertinente de acordo com o sistema constitucional vigente.
- b) A cobrança de Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e legal por se tratar de uma contribuição parafiscais (contribuição de intervenção no domínio econômico) e de competência exclusiva da União para sua instituição;
- c) Determinando município pretende imprimir a técnica da progressividade ao IPTU, fazendo com que os contribuintes que tenham sinais de mais de um imóvel sujeitem-se a uma alíquota mais alta, promovendo assim a justiça social. Tal procedimento e perfeitamente cabível face ao atual sistema tributário brasileiro que privilegia a progressividade dos tributos.
- d) Cabe a restituição do tributo pago indevidamente, independente de que seja reconhecido por decisão que o contribuinte “de Jure” não recuperou do contribuinte “de facto” o “quantum” respectivo.

83. Associe corretamente as colunas.

1 - Bis in idem;

2 – Bitributação;

3 – Isenção;

4 - Conversão de deposito em renda.

- Exclusão do credito tributário;
- Fenômeno conhecido como cobranças de tributo em duplicidade. quando um mesmo sujeito ativo institui dois tributos com identidade de fato gerador e de base de calculo;
- Extinção do crédito tributário;
- Fenômeno conhecido como invasão de competência tributária. quando dois sujeitos ativos distintos, dotados de competência tributária, instituem tributos com o mesmo fato gerador e identidade de base de cálculo.

A seqüência correta e:

a - () 1; 2; 3 e 4 **b** - () 4; 2; 3 e 1 **c** - () 3; 1; 4 e 2 **d** - () 2; 4; 1 e 3

84. Com relação à Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica temos que:

- a) No Direito Brasileiro a mesma passou a ser acatada após vigência do texto expreso insculpido na Constituição Federal de 1988;
- b) A Jurisprudência pátria é uniforme no sentido da exigência de fazer constar o nome do sócio-gerente responsável na certidão da dívida ativa para que possa o mesmo ser alcançado pela exigência fiscal;
- c) Foi acatada no Direito Brasileiro em decisões judiciais, permitindo o alcance dos bens dos sócios gerentes com atuação com excesso de mandato, inclusive nas sociedades de responsabilidade limitada;
- d) Foi acatada no Direito Brasileiro (Jurisprudência) em sua forma mais abrangente, alcançando os bens de todos os sócios, independente do poder de gerência ou não, considerando o principio maior da solidariedade que orienta o Direito Tributário.

QUESTÕES DE DIREITO DO TRABALHO



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

E PROCESSO DO TRABALHO

Assinale a única alternativa correta nas questões abaixo:

85. Consubstancia princípio peculiar do Direito do Trabalho:

- a) a autonomia da vontade das partes;
- b) a boa-fé;
- c) a hierarquia das normas legais;
- d) a irrenunciabilidade por parte do prestador de serviços.

86. O contrato individual de trabalho:

- a) pressupõe personalidade quanto a figura do empregador;
- b) pressupõe personalidade quanto a figura do prestador de serviços;
- c) pressupõe personalidade quanto as figuras do empregador e do empregado;
- d) dispensa a personalidade na prestação de serviços.

87. Distingue-se a suspensão da interrupção do contrato de trabalho, porque:

- a) na suspensão existe, sempre, um fundo punitivo para o empregado;
- b) na interrupção pode haver prestação de trabalho;
- c) com a suspensão, o vínculo contratual se rompe, e todas as cláusulas do pacto laboral deixam de produzir efeito até que se revitalize o acordo de vontades;
- d) durante a suspensão o empregado não trabalha e nem percebe salário, porém, durante a interrupção, o obreiro não trabalha, mas recebe salário.

88. É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário. no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes, entretanto:

- a) o abono de férias deverá ser requerido 30 (trinta) dias antes do termino do período aquisitivo correspondente;
- b) os empregados menores de 18 anos somente poderão converter suas férias em abono, quando a graduação obtida (art. 130 da CLT) corresponder, no mínimo, a 24 (vinte e quatro dias) de descanso remunerado;
- c) abono de férias não será concedido ao empregado menor de 21 (vinte e um) anos;
- d) abono de férias deverá ser requerido até 15 (quinze) dias antes do temi-mo do período aquisitivo correspondente.

89. À luz do Direito Positivo:

- a) O Tribunal do Trabalho poderá converter a reintegração do empregado estável em indenização, quando verificar ser aquela desaconselhável em face do grau de incompatibilidade resultante do dissídio, especialmente, quando for o empregador pessoa física;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- b) O Tribunal do Trabalho poderá transformar o pedido de reintegração ao emprego em indenização, quando o empregado, no curso do processo praticar ato incompatível com o seu dever contratual;
- c) Pleiteando o empregado estável a reintegração no emprego, a Justiça do Trabalho não pode convertê-la em indenização, em respeito ao Princípio da Continuidade da Relação de Emprego;
- d) É faculdade do Tribunal do Trabalho converter a reintegração ao emprego em indenização, ou vice-versa, sempre que considerar uma ou outra desaconselhável, em face da prova colhida nos autos.

90. É correto afirmar que em face da legislação trabalhista:

- a) os maiores de 14 anos de idade poderão ajuizar reclamação trabalhista sem representação legal, uma vez que a Constituição Federal lhes permite trabalhar a partir dessa idade.;
- b) os maiores de 14 anos e os menores de 18 anos somente poderão formular ação trabalhista por seus representantes legais ou, na falta destes, pela Procuradoria do Trabalho ou, nos lugares onde não houver o Ministério Público do Trabalho, por pessoa nomeada pelo Juiz para desempenhar o cargo de curador à lide;
- c) aos maiores de 14 anos e aos menores de 18 anos é facultado ao seu alvedrio, ajuizar reclamação trabalhista por seus representantes legais ou pelo Ministério Público;
- d) Tratando-se de maiores de 14 anos e menores de 18 anos, é lícito ao trabalhador escolher para representá-lo, em juízo, seu pai ou sua mãe, ou, ainda, o Ministério Público do Trabalho, indistintamente.

91. O julgamento de conflitos coletivos por meio de sentença normativa quando as partes não se autocompõem, tem as seguintes características:

- a) é partidário o seu julgamento, uma vez que as Juntas de Conciliação e Julgamento são compostas de Juizes Classistas;
- b) julgamento é exercido por juizes de segunda instância. que têm competência originária para conhecer e decidir o conflito;
- c) a competência atribuída ao Órgão julgador lhe autoriza a fixar novas e ilimitadas condições de trabalho;
- d) não sendo especial a jurisdição, é ela confiada a Justiça Comum.

92. A Justiça do Trabalho compreende:

- a) Juntas de Conciliação e Julgamento, Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho.;
- b) Juntas de Conciliação e Julgamento, Juizes de Direito investidos da jurisdição trabalhista, Tribunais Regionais do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho;
- c) Juntas de Conciliação e Julgamento, Juizes de Direito investidos da jurisdição trabalhista, Tribunais Regionais do Trabalho e Supremo Tribunal Federal;
- d) Juntas de Conciliação e Julgamento, Tribunais Regionais do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Federal de Recursos.

93. No processo do trabalho a audiência de instrução e julgamento:

- a) é contínua. cabendo o adiamento apenas quando não for possível concluir no mesmo dia;
- b) prescinde da presença das partes;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- c) pode ocorrer sem a presença dos juizes classistas;
- d) pode ocorrer sem a presença do Juiz togado.
- 94.** Para efeito de equiparação salarial é correto afirmar-se :
- a) em caso de trabalho igual conta-se o tempo de serviço no emprego e não na função.;
- b) ao menor de 18 anos, não se aplicam as regras do artigo 461 da CLT- Consolidação das Leis do Trabalho;
- c) Necessário, quando da propositura da ação, que o equiparando e o paradigma ainda estejam a serviço da empresa;
- d) em caso de trabalho igual, conta-se o tempo de serviço na função e não no emprego.
- 95.** Com relação ao aviso prévio dado pelo empregador ao empregado pode-se afirmar que:
- a) somente poderá ser reconsiderado o ato pelo empregador e cancelado o aviso prévio com a concordância do empregado;
- b) poderá ser reconsiderado o ato pelo empregador e cancelado o aviso, com ou sem a concordância do empregado, a qualquer tempo;
- c) somente poderá ser reconsiderado o ato pelo empregador e cancelado o aviso prévio sem a concordância do empregado, se a reconsideração do ato ocorrer antes do termo final do aviso prévio;
- d) somente poderá ser reconsiderado o ato pelo empregador e cancelado o aviso prévio sem a concordância do empregado, se a reconsideração ocorrer no máximo em 24 horas após a expedição do aviso.
- 96.** As anotações apostas na CTPS- Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado geram presunção:
- a) Juris et de jure;
- b) Juris tantum;
- c) Pressomption erroné;
- d) Nenhuma presunção.
- 97.** A Constituição Federal de 1.988 estabelece, em relação a todos os trabalhadores:
- a) proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão, apenas, por motivo de sexo, cor e estado civil;
- b) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício e o trabalhador avulso;
- c) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção, em qualquer hipótese;
- d) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 14 anos de idade, inclusive com creches e pré-escolas.
- 98.** Com relação ao inquérito judicial para apuração de falta grave de empregado estável é correto afirmar-se que:
- a) poderão ser ouvidas até seis testemunhas de cada parte, devendo as custas do processo serem recolhidas antecipadamente;
- b) poderão ser ouvidas até três testemunhas, devendo as custas do processo serem recolhidas antecipadamente;



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

- c) O Juiz poderá ouvir quantas testemunhas quiser, dependendo da gravidade do caso, sendo que as custas são pagas ao final;
- d) O empregador, que é o autor da ação, pode arrolar até dez testemunhas. facultando-se ao empregado a oitiva do mesmo número ouvido pelo empregador, sendo que as custas serão recolhidas como nos demais casos, após o trânsito em julgado da decisão.

99. As cláusulas de convenção coletiva e de sentença normativa:

- a) incorporam-se definitivamente aos contratos individuais de trabalho;
- b) vigoram apenas no prazo assinalado, não integrando de forma definitiva os contratos individuais de trabalho;
- c) somente as mais benéficas ao empregado incorporam-se definitivamente aos contratos individuais de trabalho;
- d) somente as cláusulas da sentença normativa incorporam-se definitivamente aos contratos individuais de trabalho.

100. O regime do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço aplica-se:

- a) a todos os trabalhadores urbanos e rurais, avulsos e temporários, a partir de 05 de outubro de 1.988, independentemente de opção;
- b) a todos os trabalhadores urbanos, rurais e domésticos, avulsos e temporários, a partir de 05 de outubro de 1.988, independentemente de opção ;
- c) a todos os trabalhadores urbanos e rurais avulsos e temporários, a partir de 05 de outubro de 1.988, mediante opção;
- d) somente aos trabalhadores urbanos com vínculo empregatício permanente, independentemente de opção.

TOTAL: 100 QUESTÕES OBJETIVAS



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Pode uma lei anterior à Constituição e por ela não recepcionada ser objeto do controle concentrado de constitucionalidade?

2. Encontra-se tramitando no Congresso Nacional emenda constitucional criando uma miniconstituinte revisora, que teria poderes para modificar determinados artigos, sem quorum qualificado de 3/5 normalmente exigido para alterações na Constituição. As mudanças seriam realizadas por maioria absoluta, em sessão conjunta da Câmara e do Senado.

Faça sua análise crítica sobre a constitucionalidade da propositura.

3. O ato administrativo praticado com desvio de finalidade deve ser invalidado ou revogado? Discorra sobre revogação e invalidação do ato administrativo em relação aos sujeitos, objeto, fundamentos, motivos e efeitos.

4. A Administração pode ser responsabilizada por danos resultantes de ato omissivo com fundamento na responsabilidade objetiva sem culpa prevista no art. 37, § 6º, da Constituição? Discorra sobre o assunto.

5. Através da Lei Estadual n.º 9.000, de 13 de fevereiro de 1985, Pedro Batista foi contemplado com uma pensão especial sempre no valor correspondente a 8 (oito) salários mínimos vigente no País. Em maio de 1989, quando da alteração do valor do salário mínimo, a Administração deixou de fazer a atualização do valor da pensão em múltiplos do salário. Pedro Batista impetrou mandado de segurança perante o Tribunal de Justiça sendo, ao final, julgado procedente o pedido para que a pensão lhe fosse paga nos valores correspondentes a oito salários mínimos. O fundamento do acórdão é de que a pretensão estaria acobertada pelo direito adquirido.

Como Procurador do Estado, elabore o recurso adequado.



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

GRUPO II

PROVA DE DIREITO CIVIL e PROCESSO CIVIL

Questão Prática (valor da *questão*: 40 pontos).

João da Silva e Maria da Silva, brasileiros, casados entre si, comerciantes, residentes e domiciliados em Goiânia-GO, fizeram doação ao Estado de Goiás de uma área de 10.000 metros quadrados na cidade de Edéia-GO, estabelecendo encargo para o donatário construir no local uma escola técnica, no prazo de 05 (cinco) anos.

O Estado de Goiás aceitou a doação com encargo nos termos propostos. Então, lavrou-se escritura pública, seguida de regular registro imobiliário.

Independentemente da propositura de ação destinada à revogação da doação e sem qualquer autorização do donatário, 05 (cinco) anos e 01 (um) mês depois de efetivada a liberalidade, apenas João da Silva iniciou a construção de uma escola no local, argumentando que a comunidade necessitava com urgência de uma instituição de ensino e o Estado de Goiás estava omissivo.

Atuando como Procurador do Estado de Goiás, adote a providência judicial apropriada.

Questões Subjetivas (valor *das questões*: 15 pontos cada uma).

1ª - Indique as diferenças entre antecipação da tutela e medida liminar.

2ª - Pode o Juiz, de ofício, declinar da competência, ignorando o foro de eleição, previsto em contrato de adesão? Justifique.

3ª - O poder do sujeito ativo, nas situações jurídicas obrigacionais oriundas de contrato bilateral, cujas obrigações assumidas não são condicionais, nem foram por ele adimplidas, é de dominação direta sobre a coisa? Justifique.

4ª - A responsabilidade civil do Estado sujeita-se à imprevisão dos fatos? Resposta fundamentada.



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS

GRUPO III

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO DE PROCESSO DO TRABALHO

1ª) Extinção da obrigação tributária: prescrição intercorrente. (discorrer). - Valor: 1.5 (um ponto e meio).

2ª) Constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte? Analise a questão à luz da doutrina e da jurisprudência. - Valor o: 1.5 (um ponto e meio).

3ª) Processo judicial tributário: instrumentos à disposição da Fazenda Pública. (discorrer). - Valor: 1.5 (um ponto e meio).

4ª) A CLT, no art. 840, § 1º, preceitua que “Sendo escrita, a reclamação deverá conter ... **uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, ...**”. Analisando o dispositivo neste particular, pergunta-se: *In casu*, o legislador adotou a Teoria da Substanciação ou a Teoria da Individualização? (fundamente). - Valor: 1.5 (um ponto e meio).

5ª) Caco Antibis, auxiliar de contabilidade, domiciliado em Goiânia, Goiás, foi admitido em 1º/05/80 pela **CELEGO - Companhia de Eletricidade de Goiás**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na modalidade de empresa de economia mista, com sede nesta Capital. Em 25/05/98, já contando com 35 (trinta e cinco) anos de serviço, Caco Antibis aposentou-se espontaneamente perante o INSS - **Instituto Nacional do Seguro Social**. No dia seguinte, por escrito, levou ao conhecimento do Presidente da Empresa o ato por ele praticado. Sem nenhuma formalidade, foi por este orientado a voltar ao seu posto de trabalho e continuar a prestar normalmente os seus serviços. Posteriormente, em 20/07/98, atendendo à orientação da **Procuradoria Geral do Estado**, o Presidente da CELEGO - Companhia de Eletricidade de Goiás, através da Portaria n.º 08/98, despediu Caco Antibis, sob o argumento de que, com a sua aposentadoria, aquele contrato de trabalho mantido pelas partes havia rompido em 25/05/98, nascendo a partir de então um segundo contrato de trabalho de forma tácita (CLT, art. 442), sendo este nulo de pleno direito por ausência de formalidades legais. Irresignado, **Caco Antibis** propôs uma ação trabalhista (distribuída para a 3ª junta de Conciliação e Julgamento de Goiânia) em face da referida Empresa, alegando, em síntese, que a concessão da aposentadoria, por si só, não motiva a ruptura do contrato de trabalho, pois não é condição para que o **INSS - Instituto Nacional do Seguro Social** conceda aquele benefício ao trabalhador, conforme preleciona o art. 54 da Lei n.º 8.213/91. Defende, assim, a unicidade do contrato de trabalho. Por fim, requereu (somente em relação ao segundo contrato de trabalho) o pagamento do aviso prévio, férias proporcionais mais um terço, 13º salário proporcional, FGTS + multa de 40% e multa do art. 477, §§ 6º e 8º da CLT.

Em 16/10/98 a Empresa foi notificada da referida ação. Diante do exposto, você, como Procurador(a) atuando nos interesses da **CELEGO - Companhia de Eletricidade de Goiás**, tome a medida jurídica que o caso requer, elaborando a peça processual respectiva. - Valor: 4.0 (quatro pontos).